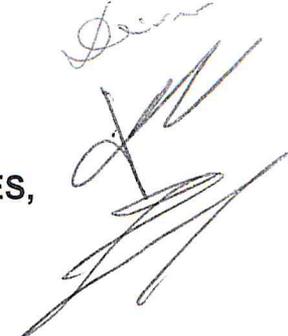


*João*  


**ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES,  
REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE FEVEREIRO DE  
DOIS MIL E QUINZE**

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, pelas nove horas e trinta minutos, realizou-se no auditório dos Paços do Município, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Fornos de Algodres, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**1 – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

**2 – ORDEM DO DIA**

a) Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município, de acordo com a alínea c) do número 2 do artigo 25, da Lei Número 75/2013, de 12 de Setembro.

**3 – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO**

**4 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Aberta a Sessão, o Sr. Presidente da Assembleia cumprimentou todos os presentes, e de seguida procedeu-se à chamada dos membros da assembleia, tendo-se verificado a presença dos seguintes: José Severino Soares Miranda, Artur Francisco Almeida de Oliveira, Tiago Miguel da Costa Vaz de Sousa, Carlos Manuel Andrade Costa, António José Elvas da Rocha, Manuel Gonçalves dos Santos, João Alexandre Teles Abreu Castelo Branco, Luís Miguel Ginja da Fonseca, Rui Manuel Ferreira Lopes Furtado, Nélio Alexandre Ferreira Sequeira, Cristina Maria Campos Guerra, Tiago Rafael Pratas Andrade, Pedro Miguel Santos Oliveira, Elsa Fortunato Cardoso Fulgêncio, Paulo Jorge da Costa Dinis, Américo Oliveira Domingues, Álvaro Pedro Ferreira dos Santos, Luís Soares Agostinho, Luís Filipe Rodrigues dos Reis, Maria João Castanheira Albuquerque, António Eduardo Ribeiro da Silva, Vítor Hugo Cardoso Dias, Rui Manuel Andrade Gomes, Manuel Almeida Paraíso e António Pires Fonseca.

O Senhor Presidente da Assembleia fez duas observações, a primeira relativa à informação do Sr. Presidente da Câmara que continua a não respeitar a alínea c) do n.º 2 do Art.º25; a segunda referente a dois pareceres que enviou à CCDRC sobre assuntos que são enviados à Assembleia para

constarem da Ordem do Dia mas que são da competência da Câmara Municipal, como a Atualização das Tarifas e o Plano de Emergência e, por isso, não vinham incluídos na Ordem do Dia.

O Sr. Presidente da Assembleia questionou os membros da Assembleia sobre a existência de alguma proposta de alteração ao projeto da ata da anterior sessão; não se tendo verificado nenhuma proposta, colocou à votação a ata que foi aprovada por unanimidade.

Passou-se de imediato ao Ponto um “Período Antes da Ordem do Dia”, tendo usado da palavra o Membro da Assembleia Cristina Guerra para aludir à falta de legalidade, referindo que a Convocatória não chegou com oito dias de antecedência, recebeu a palavra do Sr. Presidente da Câmara apenas no dia 25 de fevereiro e os pareceres da CCDR no dia anterior ao da sessão. Saliu que para estar presente nas sessões da Assembleia tem de conhecer previamente os assuntos para se poder pronunciar sobre eles com consciência. Não faz parte da oposição apenas por fazer, quer constituir uma oposição construtiva e séria e, assim, dificultam-lhe o trabalho. Gostava que no futuro a documentação chegasse atempadamente para poder analisar os factos.

O Sr. Presidente da Assembleia referiu que ficaram registadas as observações do Membro Cristina Guerra mas da parte que lhe toca não vê nenhuma ilegalidade.

Passou-se de seguida à Ordem do Dia, nomeadamente à alínea a) da Ordem de trabalhos:” Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade desta e da situação financeira do município, de acordo com a alínea c) do número 2 do artigo 25, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro”, tendo o Sr. Presidente baseado a sua comunicação no ofício n.º74 datado de 24 de fevereiro de 2015, o qual se dá aqui como transcrito e se considera como fazendo parte integrante desta ata.

O Membro da Assembleia Cristina Guerra, relativamente ao trabalho da Equipa Técnica chamou a atenção para o cumprimento do Decreto-Lei n.º555/99, Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, alertando para o facto de não estarem a ser tomadas medidas para resolver a questão das ruínas de Fornos de Algodres. Referiu que há casas em ruínas que põem em risco os

transeuntes, mencionando o Art.º101 e a responsabilidade disciplinar que este regime pode aplicar.

O Sr. Presidente da Câmara, em resposta à advertência do Membro Cristina Guerra, referiu que é um procedimento demasiado burocrático, os Serviços Técnicos estão em fase de notificações, nalguns casos foram notificados os proprietários e não se obteve resposta, mas a situação será resolvida o mais breve possível.

Passou-se de seguida ao Ponto três da Ordem de Trabalhos: "Outros assuntos de interesse para o concelho".

O Membro da Assembleia Cristina Guerra interveio para falar na Feira do Queijo, referindo que vai ser feito algum investimento quer em termos financeiros quer em termos pessoais, por isso gostava que fosse realmente um investimento e que a feira não se restringisse ao espaço do Mercado Municipal mas se estendesse ao resto do concelho. Gostava que houvesse algum empenho em criar um circuito onde se divulgassem restaurantes, alojamentos e outros recursos do nosso concelho.

Expressou a sua satisfação pelo facto de "A Queijaria do Ilídio" ter ganho um prémio internacional, nomeadamente em Inglaterra e deixou a sugestão de incluir no programa da Feira uma visita a esta queijaria.

O Membro da Assembleia Manuel Paraíso abordou novamente a questão das fossas uma vez que a situação foi sinalizada há mais de um ano como urgente, passaram 14 meses e o assunto ainda não foi resolvido. Questionou o Sr. Presidente da Câmara até quando se manterá esta situação.

O Membro da Assembleia Maria João referiu que no âmbito da Feira do Queijo os Presidentes de Junta reuniram e, com o conhecimento da Câmara Municipal, acordaram que seria uma mais valia organizar um expositor conjunto de todas as Juntas de Freguesia que divulgasse todos os aspetos que caracterizam o concelho relativamente ao queijo.

O Membro da Assembleia Rui Furtado abordou o tema da teleassistência como meio de controlar o isolamento a que algumas pessoas estão sujeitas, mas gostava que houvesse também uma gestão mais criteriosa na seleção das luminárias do concelho, uma vez que há pontos de negócio e de agroturismo em que estas foram desligadas e esse facto constitui

igualmente um modo de isolamento. Referiu ainda que deve ser feita uma análise casuística e não global.

O Senhor Presidente da Câmara relativamente à questão das luminárias lembrou que foi este executivo que as ligou durante a noite o que constituiu um esforço financeiro para o município e, por isso, teve de ser feita uma análise criteriosa no sentido de desligar as luminárias consideradas menos necessárias. Em relação aos critérios usados para selecionar as luminárias a desligar, estes foram objetivos e com base na colaboração de todos os Presidentes de Junta. Qualquer situação colocada à Câmara Municipal, será analisada pelos Serviços Técnicos e resolvida.

Relativamente à questão das fossas, a situação foi sinalizada há mais anos e não apenas há ano e meio. É uma intervenção que requer meios logísticos que de momento a Câmara não dispõe, mas a situação será resolvida o mais breve possível.

Referiu ainda que a Câmara terá de apresentar até ao dia 19 de Março o requerimento para aderir ao Fundo de Apoio Municipal; de momento estão a renegociar com os bancos o pagamento da dívida de modo a suavizar os encargos mensais. Acrescentou que apesar de não servir de desculpa, esta é a prioridade da Câmara Municipal e quando esta questão estiver resolvida, haverá “folga financeira” para fazer face às outras situações.

No que concerne à Feira do queijo, deu a palavra ao Senhor Vereador Alexandre Lote tendo este referido que no ano transato a vinda da televisão à Feira do Queijo permitiu dar a conhecer o concelho a 750 mil pessoas. Foi uma feira que orgulhou os pastores, dignificou o concelho e foi um sucesso.

Partilhou da visão do Membro Cristina Guerra no sentido de utilizar a Feira como um veículo de promoção do concelho e, de acordo com essa visão, convocou uma reunião com os Presidentes de Junta na qual ficou decidido organizar um expositor comum que refletisse a atividade de cada Junta neste âmbito.

Reuniu também com os Operadores Turísticos no sentido de enviarem ao Município as promoções para o fim de semana da Feira de modo a dar a conhecer aos visitantes os recursos a usufruir, e com os proprietários dos restaurantes, com o objetivo de criar uma base de dados que permita identificar de imediato os locais onde se possa comer e dormir.

Relativamente à “Queijaria do Ilídio” informou que a Câmara Municipal esteve presente na BTL com três produtos, um da Queijaria do Ilídio, um das Carnes Possidónio e outro do Lagar do Cadoiço.

O Membro da Assembleia Cristina Guerra pediu licença ao Sr. Presidente da Assembleia para voltar à Ordem do Dia no sentido de questionar o Senhor Presidente da Câmara acerca das dívidas às entidades credoras por período, ao que o Sr. Presidente da Câmara respondeu que neste momento a dívida da Câmara Municipal se resume à Banca. Existem processos de dívidas em Tribunal mas uma vez que não houve nenhuma decisão judicial, não vão ser considerados e ficarão num fundo de reserva, conforme acordado com a Direção do FAM. Caso a Câmara seja obrigada a pagar estes valores, o Fundo emprestará o montante necessário para os liquidar, e esse montante será regularizado pela Câmara Municipal no prazo de 35 anos.

Passou-se ao ponto quatro da Ordem do Dia: “Intervenção do Público”.

O elemento do público Maria João Vasconcelos interveio para referir que no ano transato a Zona Histórica de Fornos de Algodres não foi contemplada nas filmagens referentes à Feira do Queijo e solicitou que este ano publicitasse essa zona. Referiu ainda que os turistas que visitam a vila, nomeadamente os hóspedes do Hotel e do Inatel, não são informados convenientemente acerca dos locais a visitar. Fez um apelo ao Sr. Presidente no sentido de vedar o estacionamento de camiões na Zona Histórica de Fornos uma vez que estes danificam algumas casas e janelas, principalmente nos dias de chuva. Por último abordou a questão da circulação de uma carta anónima que continha coisas graves e ficou espantada por não haver uma reação das pessoas nela visadas.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que no que diz respeito à carta anónima, esta reflete a pessoa que a escreveu, foi feita uma queixa no Ministério Público e terá de ser esta entidade a investigar a questão.

Relativamente à Zona Histórica, naturalmente que há responsabilidades por parte da Câmara Municipal mas também por parte de alguns proprietários que não fazem a manutenção do seu património e deixam as casas ao abandono.

O elemento do público Porfirio Paraíso questionou o Senhor Presidente da Assembleia se trouxe a documentação referente à questão da Praia Fluvial como havia dito.

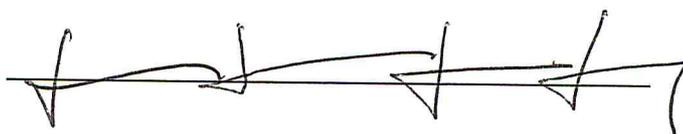
Seguidamente referiu que em relação à questão do trator, tal como havia prometido na Assembleia anterior, trouxe o processo que irá facultar ao Senhor Presidente da Câmara para fotocopiar.

O Senhor Presidente da Câmara no que concerne ao processo do trator, irá fotocopiá-lo no sentido de apurar se poderá haver algum desenvolvimento em relação a esse assunto.

Relativamente à Praia Fluvial reconheceu que seria ele a trazer à Assembleia a documentação referente ao concurso e valores que foram pagos, mas irá falar com os Serviços Técnicos de maneira a disponibilizarem essas informações.

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da Lei.

O Presidente



O Primeiro Secretário



O Segundo Secretário

